

O Metalúrgico

FETIM - Federação dos Metalúrgicos e Mineradores da Bahia



ELEIÇÕES 2018

Hora de mudar o Brasil!

Neste domingo (7/10) é preciso eleger candidatos compromissados com a classe trabalhadora, para defender e reconquistar direitos

A aprovação da Reforma Trabalhista, que rasgou a CLT e escancarou a terceirização e o abuso nas relações de trabalho, só foi possível por causa de um Governo golpista e um Congresso Nacional dominado por interesses empresariais. E assim querem fazer com a reforma da Previdência já no próximo ano.

Para impedir uma série de retrocessos que a ameaçam a classe trabalhadora, e até mesmo derrubar a Reforma Trabalhista, é necessário mudar a cara do Congresso Nacional.

As eleições do próximo dia 7 de outubro representam uma chance para o trabalhador votar e eleger quem realmente tem compromisso com suas bandeiras e que pode fazer a diferença na disputa política no Senado, na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa. Os trabalhadores precisam encarar seu voto como uma ferramenta para fazer essa mudança acontecer.

Portanto, busque informações sobre seu candidato, se tem história de luta com os trabalhadores, de qual lado está na disputa política e qual foi o posicionamento nas matérias de interesse da classe trabalhadora e da maioria do povo. Só assim será possível impedir ainda mais retrocessos e resgatar os direitos históricos conquistados, mas que foram usurpados pelo governo Temer e um Congresso Nacional que, na sua maioria, não representa os interesses do brasileiro.



#EleNão! Grande caminhada protestou contra o candidato Jair Bolsonaro, no sábado (29), em todo país. Em Salvador, a manifestação saiu do Campo Grande e foi até o Farol da Barra!



As bancadas que dominam a Câmara

O Congresso Nacional tem um perfil muito conservador, tendo sua grande maioria parlamentares ligados ao setor industrial, agronegócio, comércio de armas, evangélicos etc. A bancada que defende de fato o trabalhador ainda é reduzida. Por isso, vamos eleger candidatos que defendem a classe trabalhadora para fortalecer a nossa bancada e a nossa luta na política!

As principais bancadas

Empreiteiros e construtoras: 226

Evangélica: 197

Empresarial: 208

Parentes: 238

Ruralista: 207

Sindical: 43

Obs: Tem Parlamentares que atuam em mais de uma bancada

GOVERNO TEMER

Reforma Trabalhista: trabalho intermitente cria escravo do capital

Dados do Ministério do Trabalho mostraram que dos 50 mil postos criados nove meses após a implementação da reforma trabalhista 78% são empregos intermitentes ou a tempo parcial. Além de não criar os empregos prometidos por Temer, a reforma aumentou de forma brutal a precarização e potencializou modalidades de contrato em

que o trabalhador não tem proteção.

Na modalidade de trabalho intermitente o contrato é firmado por horas e o trabalhador fica à disposição do empregador, podendo pagar multa caso não compareça se acionado pela empresa. "Podemos empreender uma importante virada. Primeiro enterrando projetos como os apresentados por Alckmin e

Bolsonaro, que fortalecem a agenda regressiva de Temer, e, segundo, votando em candidatos comprometidos com as nossas lutas", reiterou Divanilton Pereira, da Federação Sindical Mundial.

A terceirização na atividade fim também foi um duro golpe, ampliando a precarização nas relações de trabalho e degradando o emprego no país.

Crescimento do desemprego

Ao defender a Reforma Trabalhista, o famigerado governo Temer usou o falso argumento de que geraria mais emprego e, para aprovar a matéria, contou com a maior parte do Congresso Nacional, formada por parlamentares conservadores.

Mas o desemprego só fez avançar na gestão Temer. Hoje, mais de 77 milhões de brasileiros não têm emprego ou estão em empregos precários.



CTB tem agido com protagonismo na luta contra a reformas da Previdência

13 milhões de desempregados

27,7 milhões de subempregos

37,06 de milhões na informalidade

DIREITOS

Agenda Temer contra o povo brasileiro

A agenda implementada pelo governo Temer e seus aliados nos últimos dois anos foi de massacre ao povo brasileiro. São vários os retrocessos histórica. Além das Reformas Trabalhista e da Previdência, Temer congelou os investimentos públicos por 20 anos em áreas como educação e saúde, condenando milhões de brasileiros à morte nas filas dos hospitais e à uma educação precária, com cada vez mais degradação do ensino e das escolas.

Foi o governo Temer que vendeu o pré-sal a preço de banana, entregando uma riqueza nacional que poderia estimular milhões e milhões de investimentos para fazer o país crescer novamente.

BRASIL

Mulheres vítimas do golpe

Estudo divulgado recentemente pela OXFAM Brasil ("Empoderamento econômico das mulheres no Brasil pela valorização do trabalho doméstico e do cuidado") indica que o pacote de maldades liderado por Michel Temer em seus dois anos de governo é ainda pior para as mulheres.

Após o golpe de 2016 foram interrompidas políticas essenciais. A maior expressão deste desmonte foi a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), aprovada na Câmara em 30 de agosto de 2016.

E o combate à violência? Dados apresentados pelo governo mostram que de janeiro a julho de 2018, foram destinados apenas R\$ 20,4 milhões às ações de proteção à mulher. Em 2014, no mesmo período, o valor foi de R\$ 95,3 milhões, ou seja, houve um corte brutal de 79%.

Nos últimos 9 anos, segundo dados da Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, cerca de 10 mil mulheres foram vítimas de feminicídio (3,1 mil) ou tentativas de homicídio (6,4 mil) por motivos de gênero.

POLÍTICA

2 anos do golpe: massacre anunciado

Em 31 de agosto de 2016 o Senado aprovou o impeachment de Dilma Rousseff. Foi a consumação de um golpe de Estado que restaurou o projeto neoliberal, derrotado quatro vezes nas urnas. Uma reforma contra o trabalho, uma política fiscal destrutiva e contraproducente para o desenvolvimento nacional, privatizações e desnacionalização.

Mentiram quando disseram que iriam combater a corrupção, recuperar a economia e acabar com o desemprego. Já somam 64,6 milhões de brasileiros e brasileiras fora do mercado de trabalho, a economia encolheu 7,2% entre 2015/2016 e o país está hoje em frangalhos.

Os golpistas também realinharam a política externa aos interesses de Washington e apequenaram a posição do Brasil no mundo.

O povo dará seu veredito em outubro. Não devemos medir esforços para denunciar os golpistas e eleger candidatos comprometidos com a classe trabalhadora, isolar a extrema direita e derrotar a direita neoliberal.

A agenda ultraliberal do golpista Michel Temer está destruindo o país, mas há quem lucre com esse desmonte. Somente os 5 maiores bancos (Bradesco, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Santander Brasil e Caixa) abocanharam lucro líquido de R\$ 21,27 bilhões de abril a junho de 2018, cifra 15,3% maior que o mesmo período do ano passado. Neste mesmo período, 4,8 milhões de brasileiros ficaram desempregados.



CTB denunciou o golpe de Estado dado pelo Congresso e Temer contra a presidente Dilma Rousseff

EXPEDIENTE

O Metalúrgico

Jornal da Federação dos Metalúrgicos da Bahia produzido sob responsabilidade da diretoria da entidade.

Edição fechada em 01/10/2018

Presidente: Aurino Pedreira

Secretário de Comunicação: Aurelino Bispo dos Santos

Jornalista Responsável e diagramação:

Dante Souza (MTE 2718 DRT-BA)

www.metalurgicosbahia.org.br

(71) 3418-1622 / STIM - Bahia

(71) 3622-2600/STIM - Camaçari

(71) 9979-1745/STIM - Candeias

(71) 3625-1008/ STIM - Dias D'Ávila

(71) 3645-4985/ Sub-sede Pojuca

(71) 3296-1750/STIM - Simões Filho

**VOTE EM CANDIDATOS DE
PARTIDOS QUE DEFENDEM
OS SEUS DIREITOS!**

ELEIÇÕES 2018

Agenda da classe trabalhadora

Veja abaixo a agenda lançada pelas Centrais Sindicais para o próximo governo

1. Criar políticas, programas e ações imediatas para enfrentar o desemprego e o subemprego crescentes:

a. Criar frentes de trabalho como medida emergencial, com atenção especial para os jovens;

b. Retomar as obras de infraestrutura;

c. Políticas de amparo aos desempregados: aumento das parcelas do seguro desemprego,

vale-transporte para o desempregado, vale-gás, subsídio de energia elétrica, entre outros.

2. Democratizar o sistema de relações de trabalho, fundado na autonomia sindical, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, o direito à greve e coibir as práticas antissindicalistas; favorecendo a reestruturação da organização sindical para ampliar a representatividade e a organização em todos os níveis, estimulando a cooperação sindical entre os trabalhadores, inclusive com o financiamento solidário democraticamente definido em assembleia.

3. Regular o direito de negociação coletiva para os servidores públicos, em todas as esferas de governo, segundo os princípios da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

4. Renovar, para o próximo quadriênio (2020 a 2023), a política de valorização do salário mínimo.

5. Definir a jornada de trabalho em 40 horas semanais.

6. Revogar todos os aspectos negativos apontados pelos trabalhadores da Lei 13.467 (Reforma Trabalhista) e da Lei 13.429 (Terceirização), que precarizam os contratos e condições de trabalho, na perspectiva da construção de um novo estatuto, com valorização do trabalho.

7. Combater a informalidade, a rotatividade, o trabalho análogo ao escravo e eliminar o trabalho infantil, no campo e na cidade.

8. Regulamentar o inciso 27º do artigo 7º da Constituição, que garante proteção trabalhista para os impactos das transformações tecnológicas e econômicas.

9. Assegurar o direito e o acesso ao Sistema Público de Seguridade e Previdência Social, promovendo a universalização; garantir, diante das mudanças no mundo de trabalho e da transição demográfica, a sustentabilidade financeira do Sistema, com permanente participação social na gestão.

10. Revogar a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os gastos públicos por 20 anos, e criar uma norma coerente com o papel do Estado no desenvolvimento do País, cuja elaboração inclua participação social, que integre também a avaliação permanente da regra orçamentária.

11. Promover reforma tributária orientada pela progressividade dos impostos, revisão dos impostos de consumo e aumento dos impostos sobre renda e patrimônio (tributação sobre herança e riqueza, lucros e dividendos), visando à sim-

plificação, à transparência e ao combate à sonegação.

12. Reestruturar, fortalecer e ampliar a capilaridade do Sistema Público de Emprego voltado para a proteção do emprego e o combate à demissão imotivada; articulando e ampliando a proteção aos desempregados, os programas de formação profissional, a intermediação de mão de obra e o microcrédito produtivo; recuperando a capacidade de financiamento do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; investindo na efetividade dos conselhos em todos os níveis.

13. Universalizar o acesso à educação de qualidade em todos os níveis, orientada pelos princípios da liberdade, da cidadania e para o aprendizado e o conhecimento, em um mundo em mudança; rever e reorganizar o ensino médio e profissionalizante, com políticas voltadas ao ingresso do jovem no mercado de trabalho.

14. Fortalecer o Sistema Único de Saúde, com integralidade e universalidade, ampliando a oferta de serviços e garantindo o financiamento público; promover a política de saúde do trabalhador e de segurança no trabalho.

15. Promover e articular uma política de desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, orientada para o readensamento das cadeias produtivas, com enfoque estratégico para a indústria, as empresas nacionais, a presença no território nacional, a diversidade regional, a geração de emprego de qualidade e com relações de trabalho democráticas.

16. Fortalecer a engenharia nacional e reorganizar o setor da construção para dinamizar e materializar os investimentos estratégicos em infraestrutura econômica, social, urbana e rural.

17. Garantir às micro, pequenas, médias empresas e à economia solidária e popular acesso ao sistema de inovação tecnológica, favorecer a integração aos mercados internos e externos, fornecer assistência para a gestão e promover acesso ao crédito.

18. Fortalecer o papel estratégico das empresas públicas (sistema da Eletrobras, Petrobras, bancos públicos, entre outros) para a promoção e sustentação do desenvolvimento econômico e social.

19. Investir e ampliar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, em articulação com a estratégia de investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social, urbana e rural.

20. Fortalecer e ampliar as políticas sociais de combate à pobreza, miséria e redução da desigualdade social e de renda.

21. Fortalecer as políticas voltadas para a Agricultura Familiar, a Reforma Agrária e o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão no campo.

22. Ampliar e efetivar políticas, programas e ações para promover a igualdade para mulheres, negros, jovens, LGBTQI e migrantes.

CONHEÇA OS DEPUTADOS BAIANOS QUE VOTARAM CONTRA OS DIREITOS DOS TRABALHADORES



Antonio
Imbassahy
(PSDB)



João
Gualberto
(PSDB)



José Carlos
Aleluia
(DEM)



Elmar
Nascimento
(DEM)



Paulo
Azi
(DEM)



Lúcio Vieira
Lima
(PMDB)



Cacá
Leão
(PP)



Mário
Negromonte Jr.
(PP)



Roberto
Brito
(PP)



Ronaldo
Carletto
(PP)



Erivelton
Santana
(PSC)



Irmão
Lazaro
(PSC)



Fernando
Torres
(PSD)



José Carlos
Araújo
(PSD)



José
Nunes
(PSD)



Sérgio
Brito
(PSD)



Antônio
Brito
(PTB)



Benito
Gama
(PTB)



José
Rocha
(PR)



Tia
Eron
(PRB)



Arthur Oliveira
Maia
(SD)

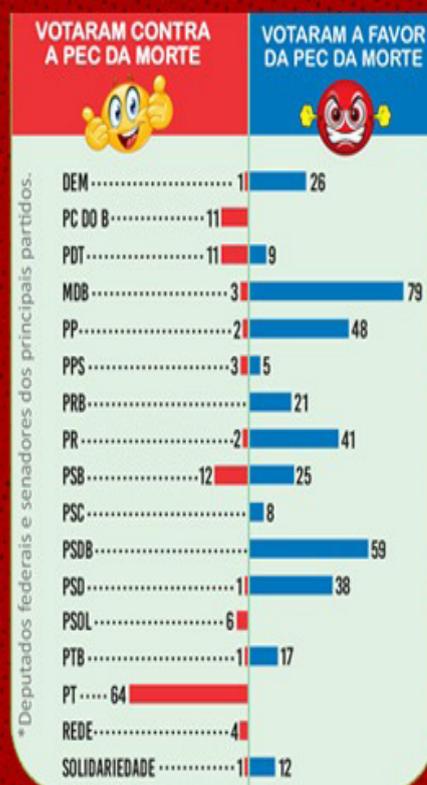
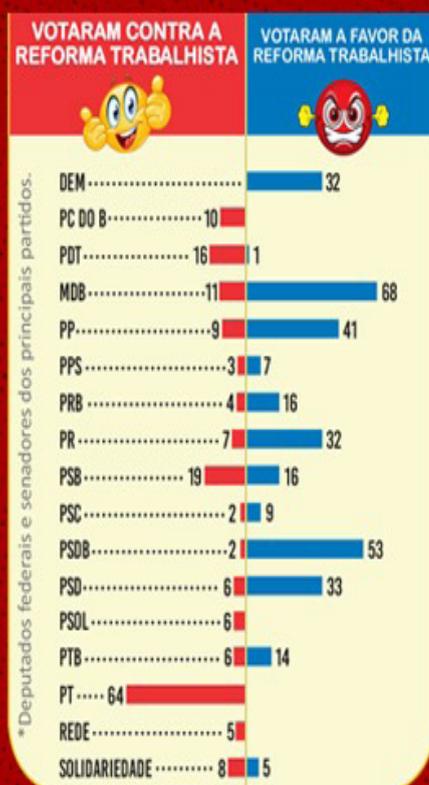
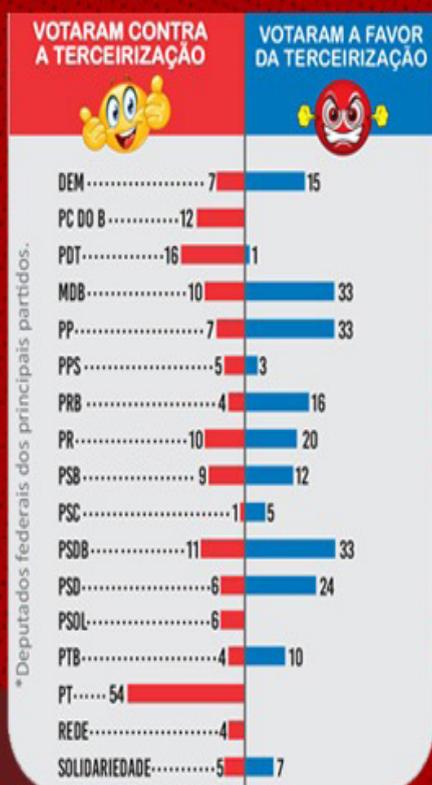


Félix
Mendonça Jr.
(PDT)

**ELES VOTARAM A FAVOR
DO PL 4330**

Não vote em quem votou contra você!

À época das votações o deputado Jair Bolsonaro, hoje no PSL, pertencia ao partido PSC.



A tabela tem como fonte dados do Diap



Comitê Nacional
em Defesa das
Empresas Públicas

Se é
público,
é para
todos.